

A Absorção da Força de Trabalho Não-Qualificada em Minas Gerais: Evidência em Favor da Hipótese de Todaro?

Arthur L. Silvers e
Morvan de Mello Moreira(*)

1. INTRODUÇÃO

Deparamo-nos, frequentemente, com a proposição de que o raciocínio puro e simples do diferencial de salários não é suficiente para explicar a migração rural-urbana da força de trabalho agrícola. Todaro sugere que os salários urbanos devam ser ponderados, para se explicar a probabilidade de que um indivíduo se torne desempregado⁽¹⁾. Mazundar⁽²⁾ propôs um esquema um pouco mais complicado, pelo qual os prováveis migrantes medem os salários urbanos “esperados” como a soma ponderada dos salários que poderiam ganhar no “setor moderno” e de sua remuneração, no caso em que infelizmente venham a fazer parte do “setor marginal”, cujos pesos são as

(*) Os autores são professores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

(1) Michael Todaro, “A Model of Labor Migration and Urban Unemployment” *American Economic Review*: março, 1969.

(2) Dipak Mazundar, *The Theory of Urban Underemployment in Less Developed Countries*, Development Economics Department, The World Bank Washington, D. C.: maio, 1973.

probabilidades de terminarem em cada um destes dois setores. É consequência desse processo, de acordo com estes teóricos, o fato de que, embora a força de trabalho urbana possa consistir de consideráveis setores “desempregados” e “subempregados”, a decisão dos trabalhadores agrícolas em migrar e, por conseguinte, em fazer parte destes setores desfavoráveis pode, muito bem, ter sido racional. Mas, como acabamos de dizer, o raciocínio não reside simplesmente no “de trabalhos rurais de baixos salários para trabalhos urbanos de salários mais altos”, o qual incorpora um período de transição em que o imigrante rural pode ingressar na força de trabalho urbana pela classe denominada “marginal” e esperar até que consiga arranjar um bom trabalho no “setor moderno”.

Este quadro explica de maneira razoável o processo de absorção rural-urbana no Brasil? Em um trabalho recente⁽³⁾, mostramos que os trabalhadores agrícolas no Estado de Minas Gerais não migram, comumente, para o setor marginal, tal como é normalmente concebido (vendedores ambulantes de limão, cambistas, mendigos, vigias de automóveis, etc.). Seu ingresso na força de trabalho urbana, pelo menos nas cidades por nós estudadas, é frequentemente facilitado por terem inicialmente residido na cidade enquanto ainda trabalhavam nas fazendas, cumprindo, de qualquer maneira, uma transição por empregos de baixa qualificação nos setores de construção, de serviços, comercial e até mesmo industrial. Neste trabalho, apreciaremos o processo de absorção de maneira um tanto mais detalhada, buscando saber se difere segundo o tamanho da cidade (cidades pequenas e cidades não tão pequenas), e procurando encontrar os fundamentos a ele inerentes, bem como as implicações para uma política de centro de crescimento orientada para o campo. Os dados aqui utilizados são os de nossa amostra aleatória estratificada de trezentos chefes de famílias de cada uma das vinte cidades em Minas Gerais⁽⁴⁾. As duas categorias de tamanhos de cidades em que elas estão agrupadas são:

(3) Arthur L. Silvers e Morvan de M. Moreira, “Migração, Transição e Absorção em Vinte Cidades Mineiras”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, (em breve).

(4) Com relação a outras informações acerca desta amostra, veja-se Silvers e Moreira, *ibid.*

Classe A: com população variando entre 17.000 e 39.999 habitantes.

Classe B: com população variando entre 40.000 e 71.000 habitantes.

2. PADRÕES DE MIGRAÇÃO

A tabela 1 revela que, dos chefes de família que residiam em cada uma das cidades das duas Classes de Tamanho e que migraram a partir de 1969, as de menor tamanho (Coluna A)

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DOS MIGRANTES,
PELO TAMANHO DE CIDADE

| Ocupação em fins de 1969 | A | B |
|---|------|------|
| Fazendeiros e Comerciantes | 8% | 6% |
| Burocratas | 20% | 18% |
| Trabalho Média Qualificação | 29% | 34% |
| Balconista | 7% | 3% |
| Trabalho Baixa Qual., Ind., Serv., Trans. | 4% | 10% |
| Trabalho Baixa Qual., Construção | 1% | 1% |
| Trabalho Baixa Qual., Agrícola | 17% | 14% |
| Marginal | 0% | 2% |
| Não Empregado | 7% | 9% |
| Outras | 8% | 3% |
| Total | 100% | 100% |
| % Força de Trabalho que migrou | 7,6% | 6,4% |

atraíram uma proporção maior de trabalhadores agrícolas não-qualificados e de balconistas, enquanto que as maiores (Coluna B) atraíram maiores proporções de trabalhadores de média qualificação, trabalhadores de baixa qualificação nos setores industrial, de serviços e de transporte, e de marginais

(não incluiremos os “não empregados” em nossa exposição, uma vez que quase todos os pertencentes a essa classe eram “aposentados”).

Em nosso trabalho anterior⁽⁵⁾, deparamo-nos com o fato de que os trabalhadores agrícolas de baixa qualificação estavam sendo absorvidos, em todas as vinte cidades, por setores tais como o da construção civil, o de serviços e o de balconistas e que, de maneira geral, os trabalhadores agrícolas de baixa qualificação eram muito mais rapidamente absorvidos na força de trabalho urbana das cidades de menor tamanho (A). Se, neste trabalho, observarmos que os trabalhadores agrícolas de baixa qualificação vêm sendo absorvidos pelas cidades de menor tamanho (A), exatamente nas ocupações em que as cidades maiores (B) os recebem via migração (e deveremos encontrar tal resultado), concluiremos, por conseguinte, em vista do exposto na Tabela 1, que existe um processo de transição e migração muito mais complicado.

Sem dúvida, as cidades de menor tamanho, por causa de sua maior ubiquidade espacial, dependem da transição ocupacional da força de trabalho agrícola para compor, em grande parte, a sua força de trabalho de baixa qualificação. As cidades de maior tamanho também utilizam a força de trabalho agrícola para este fim, embora em menor escala, por que são capazes de obter maior oferta de trabalhadores de baixa e média qualificação, já **com experiência das ocupações urbanas**. Embora não sejamos capazes de prová-lo, os dados sugerem que grande parte desta força de trabalho experiente provém das cidades de menor tamanho. Isto é, parece-nos que a migração se procede por estágios: do campo para as cidades de vários tamanhos, porém, mais provavelmente, para as cidades de menor tamanho. Após obter um novo trabalho, se bem que de baixa qualificação, o ex-trabalhador rural das cidades de menor tamanho pode optar por fazer parte da oferta da força de trabalho imigrante das cidades de maior tamanho.

O que este processo de migração por estágios implica é que uma política de centro de crescimento, especialmente a que vise encorajar a absorção de trabalhadores provenientes do campo, deve considerar as cidades de tamanho menor como

(5) Op. cit., *ibid.*

“estufas” que os preparam para ocupações manuais nas cidades maiores a uma taxa que parcialmente depende da taxa de crescimento da demanda por este tipo de ocupação nestas cidades. Por conseguinte, a política de centro de crescimento deveria estar preocupada com a capacidade de treinamento das cidades de menor tamanho e com a taxa de crescimento da demanda de trabalho das cidades de maior tamanho.

Antes, todavia, de levar essas idéias além do que a evidência atual nos permite, devemos analisar em termos mais profundos, exatamente que tipo de motivação leva os trabalhadores de baixa qualificação a migrar, segundo os padrões por nós observados.

3. O PAPEL DOS RETORNOS SALARIAIS NA MIGRAÇÃO

Ao invés de usar os dados sobre salários sob a forma de medianas ou médias, deveremos trabalhar com dados que mostrem a probabilidade de que um chefe de família ganhe mais que dois salários mínimos (a probabilidade de não ser pobre). Encontra-se, na Tabela 2, este tipo de dado, relativo a 1971, para cada uma das ocupações.

Os dados revelam que, em um grande número de ocupações, os padrões de migração observados são consistentes com o raciocínio do diferencial de salários. Os trabalhadores agrícolas de baixa qualificação, balconistas e até mesmo os de maior qualificação, burocratas de status superior que migraram para as cidades de tamanho menor (A), em número proporcionalmente maior, têm probabilidade mais alta do que os que migram para as cidades de tamanho maior (B) de perceber um “bom” salário⁽⁶⁾. De maneira semelhante, pode-se dizer que os marginais migram para as cidades de maior tamanho, ao invés de para as de menor tamanho, porque suas possibilidades de melhor

(6) Deve-se observar que a presença um pouco mais acentuada de burocratas entre os imigrantes das cidades menores é inteiramente devida ao peso exercido pelos burocratas do setor público. Os burocratas do setor privado se apresentam em maior número nas cidades maiores, até mesmo se as possibilidades de melhor remuneração forem maiores nas cidades de menor tamanho.

TABELA 2

PORCENTO DOS CHEFES DE FAMÍLIA GANHANDO MAIS DE DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS NA PRIMEIRA OCUPAÇÃO, POR OCUPAÇÃO E TAMANHO DE CIDADE

| Ocupação em fins de 1971 | A | B |
|----------------------------------|-----|-----|
| Fazendeiros | 67% | 86% |
| Comerciantes | 71% | 74% |
| Burocratas Privados | 74% | 54% |
| Burocratas Públicos | 55% | 44% |
| Trabalho Média Qual., Transporte | 59% | 56% |
| Trabalho Média Qual., Público | 39% | 33% |
| Trabalho Média Qual., Serviço | 50% | 43% |
| Trabalho Média Qual., Indústria | 36% | 42% |
| Trabalho Média Qual., Construção | 31% | 28% |
| Balconistas | 45% | 35% |
| Trabalho Baixa Qual., Indústria | 30% | 26% |
| Trabalho Baixa Qual., Transporte | 31% | 24% |
| Trabalho Baixa Qual., Serviço | 18% | 13% |
| Trabalho Baixa Qual., Construção | 6% | 9% |
| Trabalho Baixa Qual., Agrícola | 17% | 15% |
| Marginal | 13% | 24% |
| Não Empregado | 11% | 2% |
| Outras | 34% | 25% |

remuneração são maiores nas primeiras. Entretanto, os trabalhadores de qualificação média (exceto os do setor industrial) e os trabalhadores de baixa qualificação dos setores industrial, de serviços e de transporte não foram, de forma alguma, melhor recompensados por ter apresentado um influxo mais rápido em direção às cidades de maior tamanho (B). Isso gera a seguinte indagação: por que esses trabalhadores migraram para as cidades de maior tamanho?

4. O PAPEL DOS RETORNOS DE TRANSIÇÃO

O diferencial de salários interurbanos de uma dada ocupação talvez seja uma medida bastante elementar dos ganhos esperados com a migração. Certamente, a maioria dos trabalha-

dores agrícolas de baixa qualificação não baseia sua decisão em migrar do campo para a cidade nos salários mais altos oferecidos nas fazendas próximas da cidade. Baseia parcialmente, se não inteiramente, sua decisão nos salários que pode obter em uma dada ocupação urbana, ponderando-os, de alguma forma, pela probabilidade de transição para aquela ocupação. Portanto, pelo menos com respeito aos migrantes agrícolas de baixa qualificação, retomamos a lógica de Todaro-Mazundar quanto “aos ganhos esperados com a migração”. Não há razão para que esta lógica não deva também ser aplicada às outras ocupações de baixa qualificação, cujos custos de aperfeiçoamento são mínimos.

Na tabela 3.A, mostramos a matriz de transição ocupacional de cada uma das sete ocupações de baixa qualificação, relativa aos chefes de família que migraram para as cidades de tamanho menor (A) no período de 1969 a 1971. Esta matriz mostra a probabilidade de que um chefe de família, com uma dada ocupação de baixa qualificação, faça a transição para qualquer uma das ocupações disponíveis na cidade, após ali chegar. A matriz de transição da Tabela 3.B fornece as mesmas informações, porém relativas aos que migraram para as cidades de tamanho B. Se usarmos as probabilidades destas matrizes para ponderar os salários de cada setor mostrados na Tabela 2, chegaremos a uma estimativa de ganhos imediatos esperados de um chefe de família de baixa qualificação, caso tenha migrado para uma cidade da classe A ou B, dada sua ocupação anterior à migração. Tais ganhos, expressos em termos de “probabilidade de ganhos esperados superiores a dois salários mínimos”, estão apresentados na Tabela 4.

Se aumentarmos os salários esperados dos trabalhadores de baixa qualificação da indústria e de transportes que migram para as cidades da classe B, esta medida de “salário esperado” torna-se, então, coerente com o padrão de migração deste tipo de trabalhadores. Entretanto, o diferencial de “salários esperados” é ainda bastante insuficiente para explicar a diferença dos padrões migratórios observados, enquanto que o padrão de migração, observado em relação aos trabalhadores de baixa qualificação do setor de serviços, constitui-se ainda como o cposto do que este diferencial de “salários esperados” poderia prever.

Sobrevêm, a esta altura, duas dificuldades com a nossa nova medida. Em primeiro lugar, muitas das probabilidades de

TABELA 3.A

MATRIZ DE TRANSIÇÃO PARA CHEFES DE FAMÍLIA QUE MIGRARAM PARA CIDADES DE TAMANHO A
ENTRE 1969-1971

| Ocupação 69 | Ocupação 71 | Buroc. ou Propriet. | Trab. Média Qual. | Balco- nista | Trabalho Baixa Qualificação | | | | Marginal | Outras | Total |
|-----------------------------------|----------------|---------------------------|-------------------------|-----------------|-----------------------------|---------|---------|---------|----------|--------|-------|
| | | | | | Indústr. | Transp. | Serviço | Constr. | | | |
| Balconista | | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 |
| Trabalho Baixa Qualificação | Indústria | 0 | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 |
| | Transporte | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 |
| | Serviço | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | | | | 100 |
| | Construção | | | | | | | 100 | | | 100 |
| Agrícola | | 0 | 11,0 | 16,0 | 0 | 0 | 14,0 | 6,0* | 48,0 | 5,0* | 100 |
| Marginal | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

* O número de observações sobre o qual esta percentagem foi calculada era muito pequeno para permitir significação estatística.

TABELA 3.B

MATRIZ DE TRANSIÇÃO PARA CHEFES DE FAMÍLIA QUE MIGRARAM PARA CIDADES DE TAMANHO B
ENTRE 1969-1971

| Ocupação 69 | Ocupação 71 | Buroc. ou Propriet. | Trab. Média Qual. | Balco- nista | Trabalho Baixa Qualificação | | | | Marginal | Outras | Total |
|-----------------------------------|----------------|---------------------------|-------------------------|-----------------|-----------------------------|---------|---------|---------|----------|--------|-------|
| | | | | | Indústr. | Transp. | Serviço | Constr. | | | |
| Balconista | | | | 72,0 | 28,0 | | | | | | 100 |
| Trabalho Baixa Qualificação | Indústria | 23,0* | 41,0* | | 77,0 | 59,0* | | | | | 100 |
| | Transporte | | | | | | 100 | | | | 100 |
| | Serviço | | | | | | | 100 | | | 100 |
| | Construção | | | | | | | | | | 100 |
| | Agrícola | 7,0 | 12,0 | 16,0 | 0 | 0 | 0 | 46,0 | 3,0 | 16,0 | 100 |
| | Marginal | | | | 56,0* | | | | 44,0* | | 100 |

* O número de observações sobre o qual esta percentagem foi calculada era muito pequeno para permitir significação estatística.

transição utilizadas no cálculo estão grandemente sujeitas a erros de amostragem, devido ao pequeno número de observações dentre as quais estas probabilidades foram calculadas. Em segundo lugar, essas probabilidades refletem tão somente os ganhos imediatos dos possíveis migrantes. Com toda a certeza, os possíveis migrantes teriam em mente os ganhos futuros que poderiam obter após aprender os “macetes” do novo ambiente de trabalho. É precisamente este tipo de “conhecimento” que gera as probabilidades de que a transição ocupacional seja tão

TABELA 4

PROBABILIDADE ESPERADA DE SE GANHAR MAIS DO QUE DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS MIGRANDO-SE PARA UMA CIDADE DE TAMANHO A OU B, DADA A OCUPAÇÃO ANTERIOR À MIGRAÇÃO

| Ocupação em fins de 1969, anterior à Migração | | Tamanho da Cidade | |
|--|------------|----------------------|-------|
| | | A | B |
| Balconista | | 45% | 33% |
| Trabalho Baixa Qualificação | Indústria | 30% | 32% |
| | Transporte | 31% | 31% |
| | Serviço | 18% | 13% |
| | Construção | 6% | 9% |
| | Agrícola | 23% | 19% |
| Marginal | | — | ~ 27% |

diferente em relação aos já residentes (doravante denominados locais) na cidade e aos recém-migrados. Isto pode ser verificado nas Tabelas 5.A e 5.B, que fornecem as probabilidades de transição dos locais em ambos os tamanhos de cidades. Chamando essas matrizes de transição ocupacional local de ${}_L P_A$ e ${}_L P_B$, onde cada uma das matrizes são de ordem $n \times n$ (sendo n o número de categorias ocupacionais) e reportando-nos a essas mesmas matrizes relativas aos migrantes (apresentadas anteriormente nas Tabelas 3.A e 3.B), chamando-as de ${}_M P_A$ e

${}_M P_B$, poderíamos calcular um vetor de n — elementos — W^* — do valor atual de um fluxo de salários esperados. Os elementos de W^* fornecem os salários esperados das n ocupações atuais dos chefes de famílias que estejam considerando a decisão de migrar. Infelizmente, a dificuldade consiste em que precisaríamos conhecer a matriz de transição ${}_L P_A(t)$ e ${}_L P_B(t)$ para cada período t da vida de trabalho dos possíveis migrantes, bem como o vetor dos salários de ocupações específicas $W_A(t)$ e $W_B(t)$ para cada um desses períodos futuros. Precisamos, também, determinar a matriz das taxas de desconto $(1 + r)_i^{-1}$, cujos elementos ao longo da diagonal principal são números positivos e zeros os restantes, matrizes estas que variam de um grupo para outro, uma vez que as diferentes classes ocupacionais podem atribuir valores diferentes a futuros retornos.

A tarefa poderia ser consideravelmente simplificada se pudéssemos considerar o processo de transição como uma Cadeia de Markov, uma vez que a matriz de transição dos t^{th} períodos seria estimada em ${}_L P(t) = {}_L P(t - 1)^2$, ou $P_L(t) = P_L^t$, deixando implícito que precisaríamos saber apenas a matriz P_L do primeiro período, tal como se apresenta na Tabela 5. Mas, uma vez que existe forte evidência contra o tratamento do processo de transição ocupacional como uma cadeia de Markov⁽⁷⁾, tal simplificação não é possível. Precisaríamos estimar o vetor W como o valor atual dos salários esperados:

$$W_u^* = (1 + r)^{-1} {}_M P_u W_u(1) + \sum_{t=2}^n (1 + r)^{-t} {}_L P_u(t) W_u(t);$$

$u = A, B.$

Obviamente, este cálculo nos parece possível. Entretanto, seria útil examinarmos as matrizes de transição ocupacional apresentadas nas Tabelas 5.A e 5.B que, por razões práticas, têm uma vantagem relativa sobre as matrizes de migração das Tabelas 3, por estarem menos sujeitas a erros de amostragem: contêm 97% de nossas 6.000 observações. Verificamos que as probabilidades de transição para balconistas e trabalhadores de baixa qualificação de setor de construção civil são mais favoráveis nas cidades de menor tamanho. Isto ajuda a explicar a maior migração de balconistas para as cidades menores bem como a igual migração dos trabalhadores de baixa qualificação

(7) Veja-se Silvers e Moreira, *ibid.*

TABELA 5.A

MATRIZ DE TRANSIÇÃO PARA CHEFES DE FAMÍLIA RESIDENTES EM CIDADES DE TAMANHO A

| Ocupação 69 | Ocupação 71 | Buroc. ou Propriet. | Trab. Média Qual. | Balco- nista | Trabalho Baixa Qualificação | | | | | Marginal | Outras | Total |
|----------------|----------------|---------------------------|-------------------------|-----------------|-----------------------------|---------|---------|---------|----------|----------|--------|-------|
| | | | | | Indústr. | Transp. | Serviço | Constr. | Agrícola | | | |
| Balconista | | 3,2 | 0,1 | 95,0 | | | | | | | 1,7 | 100 |
| Indústria | | | 7,7 | | 85,8 | | | 6,5 | | | | 100 |
| Transporte | | | 4,9 | 2,0 | | 77,6 | | 3,2 | 2,1 | | 4,8 | 100 |
| Serviço | | 0,1 | 2,7 | | 1,1 | | | 93,0 | | | 2,4 | 100 |
| Construção | | | 7,6 | | 1,0 | | | 1,9 | 81,4 | | 4,9 | 100 |
| Agrícola | | 2,3 | 3,3 | 0,4 | 1,0 | 1,1 | | 2,1 | 1,0 | | 2,3 | 100 |
| Marginal | | | 1,0 | | 1,7 | | | | | | 95,6 | 100 |

TABELA 5.B

MATRIZ DE TRANSIÇÃO PARA CHEFES DE FAMÍLIA RESIDENTES EM CIDADES DE TAMANHO B

| Ocupação 69 Trabalho Baixa Qualificação | Ocupação 71 | Buroc. ou Propriet. | Trab. Média Qual. | Balco- nista | Trabalho Baixa Qualificação | | | | | Marginal | Outras | Total |
|---|----------------|---------------------------|-------------------------|-----------------|-----------------------------|--------|---------|---------|----------|----------|--------|-------|
| | | | | | Indústr. | Transp | Serviço | Constr. | Agrícola | | | |
| Balconista | | 1,5 | 2,7 | 89,2 | | | 3,9 | | | | 2,7 | 100 |
| Indústria | | | 3,8 | | 88,0 | | | | 4,0 | | | 100 |
| Transporte | | | 2,5 | | | 91,9 | 4,3 | | | | | 100 |
| Serviço | | | 2,4 | | | | 88,0 | 0,8 | 0,4 | | 6,3 | 100 |
| Construção | | 0,6 | 2,4 | | | | | 90,6 | | | 6,4 | 100 |
| Agrícola | | 1,0 | 2,5 | 3,3 | | 0,9 | 3,5 | 4,6 | 81,5 | | 1,9 | 100 |
| Marginal | | | 0,5 | 6,0 | | | | | 2,1 | | 2,1 | 100 |
| | | | | | | | | | | 89,3 | | 100 |

do setor de construção para ambos os tamanhos de cidade. Neste último caso, os ganhos mais vantajosos advindos da transição compensam os salários monetários mais baixos. Entretanto, a explicação para a migração dos trabalhadores de baixa qualificação da indústria, de transportes e de serviços torna-se até mesmo menos clara, à medida em que observamos que migrantes com essas ocupações encontram melhores ganhos de transição nas cidades de menor tamanho.

Finalmente, somando a matriz de transição dos “migrantes” à dos “locais”, para cada uma das duas classes de tamanho de cidades, observamos o seguinte: primeiro, todos os setores absorvem trabalhadores agrícolas nas cidades de tamanho menor (A), e até mesmo o setor industrial, até agora desconsiderado, participa com 14% dos empregos não-agrícolas para esses trabalhadores; segundo, nas maiores cidades, os setores mais importantes na absorção dos trabalhadores agrícolas são os setores comercial e de construção civil. Participam com aproximadamente a metade dos empregos não-agrícolas obtidos pelos trabalhadores agrícolas, enquanto o setor industrial não tem qualquer participação.

Parece-nos, portanto, que a disponibilidade, nas cidades de tamanho maior (B), de um conjunto mais amplo de trabalhadores experientes de baixa qualificação impede a absorção dos trabalhadores agrícolas no setor industrial; situação essa não encontrada nas cidades de menor tamanho.

5. TAXAS DE INFLUXO E A IDENTIFICAÇÃO DO CRESCIMENTO ORIGINÁRIO DA DEMANDA VERSUS OFERTA

Calculamos, agora, uma medida para cada ocupação que chamaremos de “taxa de influxo” por ocupação. Somando, para um dado período de tempo, (1) o número de migrantes atualmente empregados em uma classe de ocupação de uma determinada cidade com (2) o número dos que ingressaram nesta ocupação, por meio de uma transição de uma ocupação diferente naquela mesma cidade, e (3) dividindo o resultado dessa soma pelo total dos atualmente empregados na ocupação, temos a “taxa de influxo”. Esta taxa, que mede a proporção

de novos trabalhadores que estão sendo empregados numa determinada ocupação, não representa, necessariamente, uma medida da taxa de crescimento da ocupação, pois esta ocupação estaria também sujeita a uma "taxa de efluxo" para o mesmo período de tempo, e que, infelizmente, é impossível de ser mensurada. Não obstante, a taxa de influxo será de utilidade, se a combinarmos com as medidas de salários relativos e esperados, para a explicação dos padrões de migração observados.

Calculamos estas taxas de influxo de cada ocupação para ambos os tamanhos de cidades e estão apresentadas na Tabela 6.

TABELA 6
TAXAS DE INFLUXOS POR OCUPAÇÃO E
TAMANHO DE CIDADE

| Ocupação | | A | B |
|-----------------------------------|------------|-----|-----|
| Trabalho Média Qualificação | | 11% | 11% |
| Balconista | | 18% | 18% |
| Trabalho Baixa Qualificação | Indústria | 28% | 21% |
| | Transporte | 10% | 11% |
| | Serviço | 13% | 19% |
| | Construção | 14% | 20% |
| | Agrícola | 13% | 12% |
| Marginal | | 5% | 17% |
| Total (todas as ocupações) | | 14% | 14% |

Verificamos, na última linha desta Tabela, que a taxa de influxo global para os dois tamanhos de cidades foi a mesma e, o que não foi mostrado, as duas cidades induziram migrantes por esse influxo aproximadamente nas mesmas proporções. Por esta razão, as mudanças globais da demanda ou da oferta de força de trabalho nessas cidades provavelmente não explicam as diferenças observadas na composição da migração. Será

mais conveniente examinarmos separadamente as taxas de influxo para cada ocupação.

Verificamos, em relação aos dois tamanhos de cidades, diferenças consideráveis nas taxas de influxo dos vários setores das ocupações de baixa qualificação. Observemos, em primeiro lugar, que o setor industrial das cidades de tamanho menor (A) empregou maior proporção de novos trabalhadores do que o setor industrial das cidades de maior tamanho. Se este influxo se deveu a deslocamentos ascencionais de demanda, seja para compensar um efluxo deste setor, seja para sustentar um crescimento setorial, encontraremos, portanto, nas cidades de menor tamanho, maiores e não menores salários. Isto foi o que se observou na Tabela 2. Portanto, a maior demanda de trabalhadores industriais de baixa qualificação se registrou nas cidades menores e não nas maiores. Porém, ainda não explicamos porque se verificou que esta classe de trabalhadores migrou em maior proporção para as cidades maiores. A explicação que se "ajusta" aos dados é a de que a migração não se deveu à demanda, mas, ao contrário, constituiu uma resposta da oferta aos mais altos "salários esperados" das cidades maiores, resultantes das superiores possibilidades de transição para esta classe de trabalhadores.

Consideremos agora os trabalhadores menos qualificados do setor de serviços. A taxa de influxo, assim como a taxa de migração, é muito mais alta nas cidades maiores. Todavia, os salários e os "salários esperados" eram mais altos nas cidades de menor tamanho, o que deixa implícito o fato de que o padrão migração-absorção observado não se deveu a influências de demanda. Sugerimos que a explicação esteja no lado da oferta, que o setor de serviços nas cidades maiores está desempenhando o papel usualmente atribuído ao setor marginal. Seguindo a linha de Todaro e Mazundar, consideramos um processo em que os trabalhadores menos qualificados migram mais rapidamente para as maiores cidades, em busca de retornos um tanto mais complicados que o simples diferencial de salários. Mas não pudemos aceitar a explicação de Todaro-Mazundar referente à força motivadora desta migração. Continuamos ainda sem explicação e diríamos que a migração é autônoma.

Trabalhadores de baixa qualificação do setor de transportes (carregadores de caminhão, carroceiros, charreteiros e cobradores de ônibus) mostram um padrão geralmente semelhante

aos dos trabalhadores do setor de serviços. Podem ganhar mais nas cidades de tamanho menor, se bem que os “ganhos esperados” sejam os mesmos em ambos os tamanhos de cidades, porém, migram mais rapidamente para as cidades maiores. O fato de que a taxa de influxo é a mesma para ambos os tamanhos de cidades indica simplesmente que este setor não absorve muitos trabalhadores dos outros setores locais. Consideramos o padrão de migração deste setor idêntico ao do setor de serviços, devendo ser considerado autônomo, pelo menos até o fornecimento de uma explicação empírica aceitável.

O setor de construção civil também parece oferecer aos trabalhadores de baixa qualificação oportunidades de encontrarem maior número de empregos do que poderia ser esperado, considerando somente a demanda de trabalho. A migração não é um fator importante em relação a este grupo, pois somente um número limitado de elementos deste grupo migra para ambos os tamanhos de cidade, em iguais proporções em resposta a salários compensatórios em uma cidade e possibilidades de transição na outra. Mas, como foi mostrado na Tabela 6, nas cidades maiores este setor absorve um número maior de trabalhadores locais por meio da transição ocupacional. Mas, uma vez que este tipo de ocupação é a que menos paga, parece-nos difícil que possa atrair trabalhadores de outros setores, com base em perspectivas de melhores salários. Sugerimos que os setores de construção civil, de serviços e de transporte sejam agrupados em uma mesma classe.

Finalmente, observamos que a Tabela 6 é consistente com a nossa explicação acerca da absorção de balconistas, marginais e trabalhadores agrícolas de baixa qualificação.

6. CONCLUSÕES

Procedamos à unificação de nossos achados, de forma a obter uma visão global da estrutura de migração e absorção nestas duas classes de cidades em Minas Gerais. Porém antes de assim proceder, devemos lembrar que nossos achados se baseiam somente no comportamento dos chefes de famílias e que consideramos nossas conclusões, as quais são consistentes com os dados de que dispomos, as mais plausíveis; de nenhum modo se baseiam em provas, pelo menos no que se refere a uma análise estatística rigorosa.

Observamos, no início de nossa análise, que os trabalhadores agrícolas menos qualificados estão sendo rapidamente absorvidos nas várias ocupações urbanas de baixa qualificação das cidades da classe A: construção civil, serviços e comércio varejista. Verificamos ainda, em fase posterior do estudo, que também o setor industrial vem oferecendo muitos empregos para esses trabalhadores agrícolas. Não são incomuns as razões pelas quais esses trabalhadores migram para as cidades menores: melhores salários e melhores oportunidades de transição ocupacional. Além disso, duas das quatro “novas ocupações mais favorecidas” dos trabalhadores agrícolas (serviços e indústria) os atraíram mais rapidamente, via migração, para as cidades de classe B. Das duas restantes (comércio varejista e construção civil), o setor varejista oferecia (para balconistas) melhores salários nas cidades de classe A, bem como melhores oportunidades de transição do que as cidades de maior tamanho, enquanto o setor de construção civil, nas cidades de menor tamanho, embora oferecesse menores salários, possibilitava aos trabalhadores agrícolas melhores oportunidades de mobilidade ascensional para um dos empregos de qualificação média com melhores salários. Ademais, o setor industrial das cidades de menor tamanho absorve, relativamente ao seu tamanho, um maior número de trabalhadores, inclusive os agrícolas. Em poucas palavras, evidentemente as cidades de menor tamanho vêm desempenhando um importante papel de intermediário urbano inicial para migrantes agrícolas de baixa qualificação, pagando-lhes melhores salários, possibilitando-lhes alçar mais rapidamente na escala de empregos locais e passando-os, com alguma experiência urbana, às cidades de maior tamanho.

E com relação às cidades de classe B? Além de receber uma proporção substancial de migrantes agrícolas, estas cidades também recebem um número proporcionalmente maior de migrantes com ocupações que os trabalhadores agrícolas inicialmente obtêm nas cidades de menor tamanho, isto é, trabalhadores de baixa qualificação dos setores industrial e de serviços. Entretanto, ambas as ocupações oferecem menores salários nas cidades maiores do que nas cidades menores. Embora possa parecer que estas cidades não os absorvam em uma destas ocupações do “setor moderno”, os ex-trabalhadores agrícolas podem sempre conseguir emprego nos setores marginal e no de construção civil, ambos de alta absorção. Nenhuma das alter-

nativas nos parece muito desejável como contribuição à produtividade econômica ou ao bem-estar destes trabalhadores.

Em resumo, como havíamos suposto no início deste trabalho, evidencia-se um processo de migração por estágios, um processo orientado pela oferta e não pela demanda, que segue o padrão descrito por Todaro, embora tenha sido melhor explicado por Mazundar. Trabalhadores de baixa qualificação migram para as cidades de tamanho maior, mesmo se os ganhos salariais imediatos não se materializem. Todaro e Mazundar argumentaram que, no primeiro caso, os ganhos seriam obtidos a longo prazo, dada a probabilidade de desemprego e, no segundo caso, haveria a oportunidade de um emprego mais compensador no setor moderno. Mas, até que estes ganhos se materializem, haveria um período de espera para os desempregados urbanos ou para a classe marginal urbana.

Embora realmente observemos uma migração de trabalhadores de baixa qualificação, para as cidades maiores, mais expressiva do que a que observaríamos se considerássemos apenas a demanda, nada encontramos que corresponda às hipóteses explicativas de Todaro e Mazundar. Os salários esperados, levando-se em conta a probabilidade de transição para ocupações mais compensadoras, seja no futuro imediato ou distante, não parecem constituir a base de atração das cidades de maior tamanho. A base para este tipo de migração permanece desconhecida, pelo menos neste estudo e, por uma questão de lógica, deve ser considerada autônoma. Nem mesmo ingressam os migrantes de baixa qualificação, particularmente os provenientes do setor agrícola, no limbo dos desempregados ou no limbo marginal. Entretanto, tais limbos parecem realmente existir nas cidades maiores, prontos a receber todo o excesso de oferta de mão-de-obra, daqueles que precisam sobreviver. Porém, estes limbos compreendem os contingentes de baixa qualificação dos setores de serviços, transportes e construção civil.

Considerando-se o que tudo isto implica para uma política do setor público de centro de crescimento, é evidente que as cidades de menor tamanho desempenham um papel central na absorção da força de trabalho agrícola. Mas isto não significa que investimentos públicos destinados a incentivar o crescimento industrial devam para ali ser canalizados. O que parece importante, no que se refere a estas cidades, é sua característica de pequenas dimensões e de ubiquidade no interior rural e, por isso, a manutenção desta característica deve ser preservada.

Se, ao contrário, forem encorajadas a se tornarem maiores, a atração dos diversos tipos de mão-de-obra reduziria a propensão, atualmente alta, das indústrias ali existentes de absorver trabalhadores agrícolas. Contudo, uma vez que evidentemente estas cidades se comportam como condutos que canalizam para as cidades de maior tamanho mão-de-obra barata e já urbanizada, programas educacionais e de treinamento podem ser desejáveis para aumentar a produtividade dos trabalhadores na qualidade de migrantes. Outrossim, pode não ser desejável treiná-los para as pequenas economias urbanas, para as quais inicialmente se dirigem, se, assim agindo, se constatasse uma redução de sua propensão a migrar, diminuindo, por conseguinte, a tendência das indústrias locais de absorver mais trabalhadores agrícolas, o que, por sua vez, reduziria a função de "conduto" destas pequenas cidades.

A política do setor parece desempenhar um papel mais propulsivo nas cidades de maior tamanho (de 40.000 a 71.000 habitantes). Consideremos a natureza dos setores de serviços, de transportes e de construção civil. Em primeiro lugar, servem a uma demanda interna urbana, demanda que depende dos fluxos de renda pré-determinados nos centros industriais voltados para a exportação. Em segundo lugar, tendem a absorver prontamente a força de trabalho imigrante, mesmo na ausência de expansão de demanda. Em terceiro lugar, ao contrário dos setores de exportação, não é provável que uma expansão autônoma da oferta destes setores gere, por meio de preços mais baixos, sua própria demanda, uma vez que a demanda do produto não exhibe uma elasticidade de preços muito alta e, como já dissemos, é pré-determinada pelos multiplicadores de renda que se originam das atividades industriais de exportação. Consequentemente, os ganhos médios dos trabalhadores destes setores, por exemplo a relação produto-trabalho, dependem de (1) a demanda derivada, através de exportações dos produtos destes setores e (2) a quantidade de trabalho que estes setores empregam. Obviamente, políticas de estímulo ao crescimento das exportações destas cidades melhorarão as remunerações dos setores interno e de exportação, bem como aumentarão a taxa de absorção em ambos os tamanhos de cidade.

A questão que ainda perdura é no sentido de se uma política que visa maior produtividade elevaria a razão produto-trabalho por meio de incentivo à emigração da mão-de-obra dessas cidades, ao invés de alocar investimentos que propiciassem crescimento industrial nas cidades ainda maiores.